

Lola Geraledes Xavier

Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC)
Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal

lola@esec.pt

São Tomé e Príncipe: um olhar endoexógeno a partir da literatura

Pretende-se com este texto estabelecer o paralelo entre textos literários e a realidade são-tomense. Para isso, basear-nos-emos nos textos de Albertino Bragança, político e escritor são-tomense. Na sua prosa, através de histórias do quotidiano, detetam-se panoramas socioculturais de um país que vive o entrecruzar entre modernidade e tradição, bem como a coabitação entre o tradicional africano e as influências ocidentais. Para além da visão endógena a partir da escrita de Albertino Bragança, analisaremos a perspetiva exógena, que é a perspetiva do viajante. Tomaremos como exemplo Miguel Sousa Tavares, num dos textos de *Sul*.

Palavras-chave: Albertino Bragança, ficção, sociedade, história, cultura, língua

The text establishes parallels between the reality and literary texts in São Tomé based on the texts by Albertino Bragança, politician and writer of São Tomé. Throughout his writing including stories of daily life, we can catch the socio-cultural atmosphere of the country that lives somewhere on the borderline between modernity and tradition with traditional African and Western influences. In addition to the endogenous aspects of Albertino Bragança's writing, we can analyze an exogenous perspective, which is a point of view of a traveler. As an example Miguel Sousa Tavares, and one of his texts of *Sul*, will be taken.

Keywords: Albertino Bragança, fiction, society, history, culture, language

Em jeito de introdução

A escrita de Albertino Bragança apela indiretamente à preservação da memória coletiva, num diálogo polifónico entre literatura, história, sociedade, cultura e língua. O último livro do autor, saído em São Tomé, em Junho de 2011, *Aurélia de Vento*, vem precisamente, como diz o escritor numa entrevista ao *stomenet.com*, colocar a ênfase na convivência entre os costumes e a modernidade: “Com este livro tentei trazer as nossas raízes, encontrar também muitos dos nossos medos, as nossas superstições. Não obstante estar de acordo com elas as trouxe ao público, para que pudéssemos refletir sobre as mesmas e chegarmos a consenso” (*apud* Sousa, 2011).

Mais do que aspetos literários, importa destacar aqui a relação da literatura com a história, sociedade, língua e cultura, a partir de visões distintas, que são a visão de dentro e a visão de fora, nomeadamente a visão são-tomense, por um lado, e, por outro, a visão eurocêntrica, através de Miguel Sousa Tavares, num dos textos de *Sul*.

A literatura são-tomense está muito associada/circunscrita à poesia. Se quisermos, aliás, indicar um marco desta literatura, recorreremos à publicação do livro de poemas *Ilha de Nome Santo* (1942), de Francisco José Tenreiro. Atualmente o nome de Conceição Lima é também incontornável, mas, uma vez mais, trata-se de uma autora que se destaca no registo poético. Não é, porém, de poesia, mas de prosa que se falará neste texto.

Quando em agosto de 2011, em São Tomé, Albertino Bragança com um gesto discreto e gentil me ofereceu os seus dois últimos livros, não pensei que pudesse vir a escrever sobre ele. Lembro-me bem do brilho nos seus olhos quando soube que eu era de Coimbra: notou-se que lhe fiz lembrar os seus tempos de estudante universitário. Apesar de estudar as literaturas africanas de língua portuguesa tinha andado algo distraída em relação a São Tomé e Príncipe, centrando-me somente na poesia e apenas como leitora.

O facto de ser político e escritor despertou-me a atenção – não escrevo “escritor e político”, propositadamente, pois em São Tomé, onde não há uma livraria (ou pelo menos em agosto de 2011 não havia), a preocupação da generalidade da população passa, como se compreende, ao lado da cultura. Ninguém conseguiria viver aí da escrita, a não ser que a sua projeção internacional fosse suficientemente significativa. Por outro lado, como escreve Inocência Mata “não tem havido, desde a independência, da parte de quem tem esse dever, um incentivo à produção cultural” (Mata, 2010, p. 92).

Albertino Bragança despertou-me a atenção porque, confesso, causa-me sempre alguma desconfiança o casamento entre estas duas atividades: a escrita e a política. Apesar do protocolo de ficção que a literatura estabelece com a realidade e com o leitor, um político tem sempre muito a perder (ou a ganhar) a nível de popularidade com o que escreve, ainda que no caso de São Tomé e Príncipe apenas uma minoria tenha acesso à cultura livresca.

Albertino Bragança é como assina os seus livros Albertino Homem dos Santos Se-

queira Bragança (1944 -), licenciado em Engenharia Eletrotécnica pela Universidade de Coimbra, regressou a São Tomé em 1975. A partir desse momento, desempenhou vários cargos ligados à cultura e à educação. Foi também ministro da Defesa e dos Negócios Estrangeiros. É membro fundador e secretário-geral da União Nacional dos Escritores e Artistas de São Tomé e Príncipe. Publicou até ao momento 3 livros: *Rosa do Riboque e outros Contos* (1985), *Um Clarão sobre a Baía* (2004) e *Aurélia de Vento* (2011). Só o primeiro foi publicado em Portugal, pela Caminho (1997).

Pires Laranjeira (2006), numa recensão cujo título sintetiza a perspetiva do segundo livro do autor (“Ficção com ajuste de contas”), aproximando a ficção do real, considera *Um Clarão sobre a Baía* um romance. A mesma opinião mostra Inocência Mata (2010, p. 88). Porém, nos prefácios à obra, quer Fernanda Cavacas (na primeira edição), quer Isaura Carvalho (na segunda edição) o consideram uma novela. Mais tarde, Pires Laranjeira, sobre *Aurélia de Vento* escreverá “*Aurélia de Vento*, um pequeno romance (talvez uma novela)” (2011). De facto, não é evidente a classificação genológica destes livros. Se quanto ao primeiro, de 1985, não há dúvidas tratar-se de um livro de contos, em relação aos restantes dois, parece-nos que se situam entre a novela e romance numa hibridização genológica, marca do pós-modernismo. Deste modo, prefiro falar em *pararromances*.

Olhar endógeno: notas sobre as temáticas

Há vários aspetos em comum nestes livros. A nível formal, todos apresentam dedicatórias (*Rosa do Riboque* e *Um Clarão sobre a Baía*) e/ou epígrafes (*Um Clarão sobre a Baía* e *Aurélia de Vento*). Todos apresentam, também, prefácios. Os três livros apresentam um glossário das expressões e vocábulos do crioulo forro da ilha de São Tomé. Para além disso, *Um Clarão sobre a Baía* exhibe uma epígrafe em crioulo, que é uma canção de José Bruetê, sobre a desordem do mundo, com tradução em nota de rodapé. Esta preocupação para com o leitor, de modo a que perceba toda a mensagem, introduzindo nos livros glossários e traduções, é uma estratégia usada pelos escritores africanos, conscientes de que a africanidade se faz na universalidade: o leitor alvo dos textos é o leitor letrado e quando se procura a projeção internacional esse leitor é o ocidental, que necessita desta ajuda para decifrar o texto.

A nível conteudístico, Albertino Bragança, a partir de um espaço e tempo são-tomenses, tematiza as problemáticas de uma economia de alicerces débeis numa construção lenta, *leve-leve*, da sociedade. Pires Laranjeira (2011) sobre *Aurélia de Vento*, o último livro de Albertino Bragança, faz uma releitura neorrealista, dando ênfase à mensagem pedagógica. O ensaísta destaca o papel de Albertino Bragança na desmontagem socioeconómica do passado para explicar a modernidade tardia do presente, sobretudo respeitante ao período da pós-independência (Laranjeira, 2011).

De facto, Albertino Bragança assume um papel crítico da construção da contemporaneidade são-tomense a partir da pós-independência. Temos acesso a esta análise através da descrição dos espaços, do comportamento das personagens, do desenrolar das intrigas, mas também através do paratexto. *Um Clarão sobre a Baía* tem

o mérito, se outros não tivesse, de questionar a pós-Independência de São Tomé e Príncipe, no período da ditadura de 1975 a 1990. O paratexto da dedicatória orienta o leitor atento. Trata-se de um livro dedicado à memória do Sr. Lereno da Mata “um patriota injustiçado e tão tragicamente desaparecido”. Esta homenagem ao pai da professora Inocência Mata, são-tomense, incontornável nome das literaturas africanas, compreende-se pelos trágicos acontecimentos que o envolveram e que é abordado por ela em vários momentos como, p. e., na dedicatória de *Emergência e Existência de uma Literatura* (1993), na crónica “Falar da reconciliação social são-tomense (a propósito da reconstrução de Timor)” (Mata, 2002) e na carta que escreveu ao Dr. Pinto da Costa, atual presidente de São Tomé e Príncipe aquando das últimas eleições presidenciais no país, em 2011, “Breve carta aberta ao Sr. Pinto da Costa”.

Tendo em consideração factos tão ominoso que estiveram na construção do país, não será de estranhar que um dos *leitmotiven* que perpassa todos os livros de Bragança seja a morte. Em *Rosa do Riboque*, o desfecho é trágico em todos os contos, a começar pelo assassinato de Rosa, a protagonista do primeiro conto que dá título ao livro. Em *Um Clarão sobre a Baía*, a dedicatória circunscreve o universo de expectativas do leitor e efetivamente Sô Plácido morrerá na prisão assassinado. Finalmente, em *Aurélia de Fogo*, será Clotilde a suicidar-se. Apesar de nestes dois últimos casos as personagens com final infeliz não serem principais, a trama narrativa constrói-se também em torno delas.

Os contos de *Rosa do Riboque* compõem-se em torno da vida difícil da população pobre e trabalhadora, marginalizada pelo poder colonial, da periferia urbana de São Tomé. As estórias de dramas humanos encaminham-se para um fim trágico que tem no encontro com a morte o desfecho natural. São retratos de vidas difíceis, vidas associadas ao trabalho no campo, retratos que o autor não repetirá nos livros seguintes, por focalizar o eixo narrativo em torno de personagens socialmente favorecidas.

Deste contexto de falta de justiça, opressão e pobreza sobressaem personagens carregadas de vícios, sobretudo nas duas últimas obras em que se aborda uma das problemáticas que na realidade não permite nem o progresso nem a plena democracia em São Tomé e Príncipe: a falta de transparência nos negócios públicos.

Em *Um Clarão sobre a Baía* e *Aurélia de Vento*, o núcleo central das personagens pertence às classes favorecidas da sociedade a viver na capital. O pano de fundo continua a ser a sociedade são-tomense não obliterando as condições de vida difíceis de grande parte da população, mas o ponto de vista é outro. Do universo de pobreza propiciado pelos baixos salários, em *Rosa do Riboque* passa-se aos senhores de engenhos e escravocratas como os Álvares da Cunha de *Um Clarão sobre a Baía*.

De facto, o regime monopartidário da pós-independência são-tomense levou à consequente falta de liberdade e ao exercício de arbitrariedades. A atenção do autor sobre esse período da História de São Tomé começa com *Rosa do Riboque e outros Contos*, constituído por quatro contos, publicado na ilha em 1985. Nesse conto aborda a greve do povo/dos trabalhadores contra as condições de trabalho e os baixos

salários, a aspiração por um tempo de mudança, pois apesar das prisões e das rugas, “ninguém pode tirar ideia de exploração na cabeça de explorado” (Bragança, 1985, p. 31), como atalhará Mé Léchi (personagem de *Rosa do Riboque*).

Por sua vez, em *Um Clarão sobre a Baía* é o narrador onisciente e heterodiegético que caracteriza o ambiente político das arbitrariedades da pós-independência: “quando começaram as prisões, com tropas cercando aparatosamente as praças e ruas à busca de suspeitos” (Bragança, 2011a, pp. 33-34). Um ambiente monopartidário em que qualquer gesto era visto como contestação e conspiração contra o regime, um período de angústia de dias que se sucedem sem “qualquer réstia de esperança” (Bragança, 2011a, p. 34).

Luís da Cunha (o sobrenome terá sido escolhido em vão?), abre o livro, apresentado como “um gordo da sociedade” (Bragança, 2011a, p. 56), caracterizará a política como “um campo sempre imprevisível e lamacento” (Bragança, 2011a, p. 35) e acrescentará que “Em política, os gestos e atitudes suscitam leitura própria” (Bragança, 2011a, p. 62). Luís da Cunha ideologicamente é exposto de modo a que a sua imagem ganhe contraste acentuado entre os seus ideais de juventude e aquilo em que se tornou um corrupto, ambicioso e materialista:

os ideais altruístas de outrora, a lisura dos procedimentos, o arreigado patriotismo (...) Chocava-o então a visão autocrática que uma parte da elite santomense tinha do poder, a sua pequenez moral, os ventos de angústia e de corrupção que, regra quase geral, emanavam da sua governação (Bragança, 2011a, p. 84).

Os esquemas e corrupções têm presença obsidiante, sobretudo através das intervenções, em *Um Clarão sobre a Baía*, de Luís da Cunha e Ernesto Cruz em relação à construção de uma barragem.

Assim sendo, pergunta-se: corrupção compensa? O início do capítulo XVII de *Um Clarão sobre a Baía* parece mostrar que sim: Luís da Cunha alcançara o que pretendia: uma bela moradia, com uma enorme piscina. No entanto, o narrador lança a dúvida sobre a relação entre riqueza e felicidade. A imagem do sogro, com sorriso sarcástico, ocorria-lhe nos sonhos, apesar das missas em sua honra que mandara rezar: afinal a consciência atormentara-o. Para além disso, o que sobra? Sobra “a solidão que tão persistentemente se alojava dentro de si”, “um vazio que sabia sem regresso” (Bragança, 2011a, p. 166).

O narrador tem, no entanto, a preocupação de fugir às generalizações, mostrando exceções à tentação das corrupções, dando exemplos de quem não era corruptível (o caso do Procurador Geral, José de Menezes, em *Um Clarão sobre a Baía* e o jurista Altino Castro de *Aurélia de Vento*).

Mas a sociedade são-tomense é maioritariamente composta pelos oprimidos. Assim, no flanco, oposto, temos Sô Plácido, sogro de Luís da Cunha, preso arbitrariamente, Amâncio Mélia e Andreia. Por um lado, temos duas figuras que representam o saber de experiência adquirido, por outro uma figura feminina que ousa “enfrentar a sociedade e as suas verdades sagradas” (Bragança, 2011a, p. 66).

De facto, Albertino Bragança parece privilegiar as figuras femininas em todas as suas obras. Na primeira e na última os títulos remetem para nomes e figuras femininas, *ab initio*. No final, Rosa Adriana, apenas com vinte e seis anos, morrerá como uma heroína, uma Jeanne d'Arc são-tomense, com as devidas diferenças, torturada pela polícia, por se recusar a entregar um dos seus companheiros fugitivo à polícia, Chico do Monte Grande. Se num primeiro momento parece que a sua morte poderá ser apenas uma das etapas da revolta que mudará o rumo político do país, oito anos depois, no último capítulo do conto (capítulo VII), o narrador, amigo da protagonista, Beto Vicente, e os companheiros continuam à espera “da hora que haverá de chegar e que irá ser de efectivas transformações.” (Bragança, 1985, p. 48). O final do conto assume mesmo um tom panfletário:

Continuamos a aguardar com ansiedade o alvorecer desse tempo que nada tem de mítico. Um tempo de libertação que vença a insatisfação e a desesperança. Por ele prosseguimos o combate surdo e milenário, pela liberdade, pelo pão e pelo respeito dos direitos espezinhados deste povo sem direitos (Bragança, 1985, p. 48).

Em *Aurélia de Vento* a figura em destaque é Aurélia, pela sua idoneidade e beleza, características aliás constantes nas suas personagens femininas principais. Aurélia, “ímpetuosa como o vento” (Bragança, 2011b, p. 126), Aurélia, uma benfeitora, presidente da Associação dos Socorros Mútuos, apresentada como o exemplo a seguir da cultura de formação mestiça da sociedade são-tomense.

Em *Um Clarão sobre a Baía* destaca-se a figura de Andreia, pela oposição com o seu marido, Luís da Cunha, cuja virilidade e autoridade tremiam, porém, face à presença e personalidade forte e reta de Andreia. Não deixa de ser curiosa a introdução de uma figura feminina tão idónea e corajosa, filha de Sô Plácido, que, pela dedicatória, se deduz o paralelo com Lerenó da Mata, apeteendo também fazer o paralelo, pela força de carácter de Andreia, com Inocência Mata. Teria o autor esse objetivo, de casar com as devidas diferenças estas figuras ficcionais com as figuras reais?

O capítulo V, de *Um Clarão sobre a Baía*, mostra o ambiente pesado que se vivia na prisão, sob o jugo do inspetor Felisberto Valente. Através do diálogo do inspetor com Andreia que vai finalmente poder visitar o pai, acusado de conspiração, o narrador usa o discurso irónico, para denunciar a hipocrisia: “– Mas doutora, é aí mesmo que eu queria chegar. Para lhe dizer que nos tem custado muito ter aqui o seu pai, o meu amigo Plácido, sem visitas, nem mesmo da família.” (Bragança, 2011a, p. 71). É um capítulo rico de ambiguidades: entre a ternura do reencontro entre pai e filha e a revolta da incompreensão pela injustiça, da impotência perante decisões políticas arbitrarias.

O desfecho desta estória de Sô Plácido só se saberá no capítulo XVI. Esse desfecho prepara-se a partir do capítulo XIV, com a revolta dos presos na prisão, e no capítulo XV, com a acusação de todos os presos de tentativa de golpe de Estado e com o respetivo julgamento. No capítulo XV, o narrador onisciente mostra-nos as

hesitações do juiz Manuel Tomás:

Como ousar desafiar o chefe máximo, a quem cabia ditar por telefone as sentenças, necessariamente graves de modo a dissuadir tentações futuras? Como então aliar-se aos réus, ainda que inocentes, submetendo ao ridículo o partido e o governo, carregar perante os militares e simpatizantes o ónus da deslealdade e da traição, os olhares cruzados dos camaradas ávidos de bodes expiatórios para os insucessos da governação? (Bragança, 2011a, p. 154).

Chegado aqui, através das perguntas retóricas, o leitor fica em suspense sobre a decisão do juiz. Mas rapidamente chega a resposta da decisão do juiz:

Mas por isso também não hesita, finalmente, em corroborar na condenação dos réus, para todos os efeitos inimigos mansos a abater sem qualquer contemplação, certo como está de que má consciência e o remorso só afligem os incautos, os que nunca chegaram a entender que em determinadas política, os fins justificam necessariamente os meios, quando são tantos e tão elevados os interesses a defender e preservar. (Bragança, 2011a, p. 155).

A ironia, a desesperança, o ciclo vicioso estão instaurados. As instituições não funcionam. Aliás, só tardiamente a Constituição política, aprovada em 1990 e revista em 2003, passou a distribuir o poder por quatro órgãos de soberania: o Presidente da República, a Assembleia Nacional, o governo e os Tribunais.

O clímax só é, porém, atingido no capítulo XVI, quando o pânico desperta a cidade: na cadeia ouvira-se rajadas de tiros. Sô Plácido era a vítima: “a madrugada avançava lenta. Uma chuva miudinha começou a cair, pesarosa e triste, como se a própria natureza se dispusesse, também ela, a homenagear a memória de um homem sonhador e bom que tão tragicamente desaparecia” (Bragança, 2011a, p. 162).

Ao clima tenso e à falta de liberdade de expressão de *Rosa do Riboque* e de *Um Clarão sobre a Baía* (“o povo tem medo de falar” (Bragança, 2011a, p. 101)), aliam-se as jogadas políticas, os jogos sujos e as provas forjadas para incriminar e aniquilar aqueles que interferiam no Partido, por oposição ao sucesso das empresas com ligações a gentes do poder.

Em síntese:

A revolução há muito que falira, o tempo encarregara-se de esbater a força dos seus mitos e rituais, o homem novo era uma leve miragem soçobrando à corrupção e ao peso do custo da vida, cada vez mais insuportável. Apenas a força e o medo garantiam o sistema! (Bragança, 2011a, p. 103).

Neste clima de opressão, de *Um Clarão sobre a Baía*, a lei não impera e o clima adensa-se: “as aparatosas prisões em plena praça pública, as perseguições aos que detinham ideias contrárias, a incrível pressão psicológica exercida sobre os presos

por delito de opinião, os métodos brutais utilizados no seu interrogatório?” (Bragança, 2011a, p. 123).

Em *Aurélia de Vento* a intriga política constrói-se em torno da tentativa de usurpação de terrenos pelo Ministro, Domingos Ventura, ao português Pedro Santos, sob o pretexto de instalar nesses terrenos um projeto agrícola ou pecuário. O advogado, Altino Castro, tenta, no entanto, chamar o Ministro à razão: “Mas há a lei, senhor Ministro, há a lei... e o governo não pode fazer tudo o que quiser, contra os interesses do cidadão” (Bragança, 2011b, p. 48). O ministro é caracterizado pela sua imoralidade, mas aqui o advogado, contrariamente ao juiz Manuel Tomás, de *Um Clarão sobre a Baía*, encontrará um subterfúgio de uma ida a Angola para não participar numa injustiça: o retirar as terras ao português, que devido a esta manobra as manterá.

Albertino Bragança mostra os erros do passado e as suas consequências até porque, pela História deste país constata-se que, como sintetiza Miguel Sousa Tavares: “A verdade, porém, é que, se hoje todos reconhecem erros cometidos, não é fácil arrancar das autoridades são-tomenses a consciência de que uma coisa são erros, outra é a irresponsabilidade, a ineficácia, a corrupção, pura e simples” (Tavares, 2004, p. 125).

Aurélia de Vento, o último livro do autor, afasta-se um pouco das questões relacionadas com a liberdade política. Os tempos são outros, mas os problemas congénitos mantêm-se. Assim, o autor continua a tematizar a política, mas desta feita o enfoque recai sobretudo sobre a corrupção. O narrador de Bragança parece querer dizer-nos que mudam-se os tempos, mas não se mudam as vontades. A corrupção do poder vê-se pela tentativa de retirar as terras a Pedro Santos. Porém, a idoneidade da sua filha contrastará com todas esses jogos do poder.

Em *Aurélia de Vento*, Albertino Bragança explora sobretudo a natureza humana, tornando, por isso, o livro mais universal do que os anteriores. Não querendo com isto dizer que a corrupção e restantes questões político-sociais não sejam universais, mas antes que, apesar dessas temáticas estarem em *Aurélia de Vento*, como pano de fundo, aqui o centro de enfoque passa de questões políticas à observância da alma humana, naquilo que pode ter de melhor: com Pedro Santos, o proprietário branco; Aurélia sua filha com Florinda, uma jovem negra do Cruzeiro, tragicamente tragada pelas águas do rio lô Grande, e o marido de Aurélia, João Lourenço. No lado oposto, encontramos uma vez mais os políticos e homens de gabinetes, como é o caso do ministro Domingos Ventura, e Clotilde a companheira de Pedro Santos. O ódio que vai crescendo nesta em relação à enteada justifica-se pelo enraizamento de crenças populares. Simanora, a amiga de Clotilde, sintetiza uma das mensagens principais da novela: “não vale a pena gente estar sempre a dizer mal dos outros, a ter coração cheio de raiva de alguém, muitas vezes sem ter qualquer motivo” (Bragança, 2011b, p. 58). De facto, é essa raiva silenciosa que azedará Clotilde e se transformará em constante obsessão, consumindo-a. A raiva incontida de Clotilde, apesar de admitir que “quem cultiva o ódio é quem mais sofre com ele” (Bragança, 2011b, p. 89), levá-la-á a planear um atentado contra Aurélia, num ambiente antitético de violência, na festa de S. Francisco Xavier. Efetivamente, o ódio destruirá Clotilde. Tendo Aurélia

sobrevivido, a madrasta suicida-se, pois não aguenta os remorso nem o medo de ser descoberta como mandante da tentativa de homicídio.

Em *Aurélia de Vento* recua-se também ao momento de esperança da pós-independência: “Falava-se de política, do governo que entrara em funções no dia da independência, o primeiro na história das ilhas, o clima efervescente de confiança e esperança que a todos sugeria a ideia de uma vida melhor” (Bragança, 2011b, p. 35). É uma esperança que as restantes duas narrativa desmistificam, pois o debate inicial de como “promover a participação efectiva dos santomenses na tarefa comum de construção de um país para todos” (Bragança, 2011b, p. 38) falhara.

A corrupção política está associada ao recurso de qualquer meio para atingir o fim, inclusive o recurso à feitiçaria. Veja-se o caso de Luís da Cunha:

Sentido ainda com a recusa do padre, a Luís da Cunha não faltavam provas do poder mágico dos curandeiros e stlijons [médicos tradicionais] e não é por ter feito estudos superiores que ia deixar de atribuir mérito a tão qualificado saber. Não vira ele próprio a forma meteórica como Alcina Pires, uma ex-companheira da universidade, hoje funcionária superior do estado, subira na Administração, graças às práticas curandeiristas de Sum Mé Kobó, que até metiam nudismo e relações mais íntimas com o famoso messè de Fugi Fala? (Bragança, 2011a, p. 43).

O povo são-tomense é bastante religioso, mas é uma religiosidade que advém do sincretismo. Como refere Francisco Costa Alegre (2005, p. 92), trata-se de uma sociedade animista, um animismo que é “praticado seguindo a trilogia do paganismo, cristianismo e feiticismo”. Albertino Bragança retrata nas suas obras o sincretismo religioso, a começar pelo animismo em *Rosa do Riboque*. Veja-se o exemplo em que “Sam Gélica, que em tudo via almas do outro mundo” (Bragança, 1985, p. 25).

Religião e paganismo convivem, pois, não só na população mais pobre, mas também na mais favorecida. Esta convivência/ contaminação entre os vários planos e as várias heranças (ocidentais e africanas) está bem presente em *Um Clarão sobre a Baía*, quando Luís da Cunha se dirige à Igreja para orar e pedir protecção para alcançar o ambicionado posto de comissário político (Bragança, 2011, p. 29). Padre Abel funciona na narrativa, assim como Sô Plácido, como os opostos de Luís da Cunha. A excessiva retidão do Padre, a sua abnegação e defesa da verdade (Bragança, 2011, p. 33 e 36) e a sua luta contra “maldade e injustiça”, contrasta com a falta de carácter do protagonista de *Um Clarão sobre a Baía*.

A religiosidade em Bragança é colocada em comparação com o paganismo. Em *Um Clarão sobre a Baía* esta relação é evidente. Mais uma vez é acompanhando o percurso da personagem Luís da Cunha que passamos da descrição da religião católica cujos locais de culto, as igrejas, e seus representantes, os padres, são apresentados de forma incólume em oposição com os representantes da feitiçaria, no caso Mé Neké e com os seus locais de culto, uma “barraca”. Ao contrário da retidão do Padre Abel, Mé Neké, de um jovem desempregado de Kangá, que ganhou prestígio usando truques e subterfúgios, iludindo a população, passa a curandeiro renomeado.

Na narrativa constata-se a fusão resultante do convívio entre a religião católica e a feitiçaria. A não distinção entre fronteiras religiosas e paganismo é visível neste curandeiro que evoca sobejas vezes Deus, a fé e a oração, apresentado discurso, como por exemplo o seguinte: “– Toda coisa vale homem, mais a mais fé em Deus (...) é por isso que eu digo: coisa não há como oração p’a defender gente e pôr gente coração limpo”. (Bragança, 2011a, p. 56).

Não se trata, porém, apenas de retórica, o ambiente que rodeia o curandeiro é também ele povoado com marcas religiosas:

o altar enfeitado de minúsculas imagens e de uma gravura esbatida da Senhora de Fátima e iluminado por tochas mamão de tamanhos diversos. Colocou-lhe durante alguns segundos a mão direita sobre a cabeça, para de seguida, com uma espécie de rede de folha seca se bananeira e um búzio, lhe perscrutar o corpo à procura de objectos vários (...) (Bragança, 2011a, p. 56).

A descrição que se segue, para o leitor desconfiado, é surrealista e levanta a suspeita sobre que embuste terá usado o curandeiro para “retirar-lhe [a Luís da Cunha], na zona do abdómen, uma pedra e restos do gargalo de garrafa que ia paulatinamente atirando para um balde colocado à sua direita. (Bragança, 2011a, p. 57)

Resultado ou não da ação do curandeiro, acredite-se ou não, a verdade é que o narrador encaminha a ação para que Luís da Cunha consiga o posto de comissário político, como ambicionava. O narrador manipula assim a ação de modo a incutir no leitor a dúvida sobre a eficácia deste outro saber ancestral e africano.

Em *Aurélia de Vento*, as personagens recorrem também aos serviços de curandeiros, ainda que nem sempre resulte, como no caso de San Labeca, uma nacionalista exacerbada. Mas o caso mais notório nesta novela é o de Clotilde que faz recair a sua amargura em Aurélia por a culpabilizar de um olhar profundo antes de ter abortado espontaneamente, responsabilizando interiormente a enteada pelo fracasso da sua única gravidez. As crenças no mau olhado sobrepõem-se à crença na ciência e as justificações científicas como a possibilidade de o aborto se dever a anormalidades cromossômicas. É feita a descrição e uso de preparos e despachos (Bragança, 2011b, p. 57) contra os inimigos. Em oposição o narrador refere o fervor religioso da mulher do Ministro, que funciona mais como figurante.

É com base nas crenças que termina *Aurélia de Vento*. A população não tendo percebido o motivo do suicídio de Clotilde inventará as razões:

não serão poucos os que protagonizarão estórias mirabolantes sobre a morte provocada de Clotilde que, segundo eles, não terá sido mais do que uma vítima das coisas da terra, mistérios que atravessam séculos e que comandam irremediavelmente os destinos dos homens (Bragança, 1985, p. 150).

Mas os costumes constroem-se de outros ingredientes que Albertino Bragança não esquece. No capítulo XI de *Aurélia de Vento* descrevem-se as festas de S. Francisco

e o ambiente festivo povoado pelos grupos de tchiloli, dança congo e socopé (Bragança, 2011b, p. 112).

Esse país é, pois, feito de uma população que sobrevive maioritariamente dos produtos da terra e do mar. Amâncio Mélia é a figura que congrega em si estas duas vertentes. Este pescador-intelectual, que organiza tertúlias em sua casa, com conhecimentos sobre plantas medicinais, necessita, porém e ironicamente, de sair do país para ter cuidados de saúde que em São Tomé não eram possíveis. O autor vai referindo o quotidiano difícil das populações, mas apenas em *Rosa do Riboque e outros Contos* centraliza a voz na camada desfavorecida e explorada da população.

Olhar endógeno: notas sobre o estilo

A tentativa de reproduzir as características da oralidade, vê-se nos diálogos das personagens representativas da população menos letrada, como é o caso do curandeiro Mé Neké de *Um Clarão na Baía*. Observa-se, pelo exemplo seguinte, que o português usado pela personagem se afasta do português europeu padrão, criando-se uma *entrelíngua* – resultado do contacto entre o crioulo e o Português. A não concordância entre género, a falta de determinantes antes dos nomes, a utilização do infinitivo em vez do conjuntivo são apenas algumas modificações a que podemos assistir, como se vê no exemplo seguinte:

– Coisa está feito, senhor Xido. Sábado, Sibila vai p’a Desejada procurar senhor. Mas senhor não embrulha ela, não brinca com ela, nada de besinho e outras coisas, porque senão remédio arrefece e senhor estraga meu trabalho. Mesmo que ela brincar com senhor, senhor aguenta. Porque, gente sabe, mulher tem cada manha que não é qualquer homem que aguenta... (Bragança, 2011a, p. 50).

Assiste-se, pois, ao fenómeno de contaminação entre as línguas crioulas e o português. Trata-se de um português “*re-ontologizado*” (Mata, 2010, p. 27), com marcas de cariz cultural e social. De facto, as interferências, sobretudo do crioulo forro, no português dá-se a vários níveis, na fonologia, no léxico, na sintaxe e, na prosódia, no que diz respeito à oralidade.

Segundo Francisco Costa Alegre (2005, p. 81), estima-se que 76,3% da população comunica em forro (ou *lungwa santomé*). Sendo o forro e a literatura oral são-tomense caracterizados pelo uso de metáforas, adágios populares e provérbios, não é de estranhar que Albertino Bragança use estes recursos da sua escrita. O recurso a adágios populares através dos diálogos da personagens representativas do povo está bem visível em *Um Clarão sobre a Baía*, como atestam os exemplos seguintes: “– Toda coisa que tem nome existe. Camarada não desiste. enquanto amoreira não cair, gente não tira machado nele...” (Bragança, 2011a, p. 42). Vemos, neste exemplo da fala Fiá Guinhon, a importância da rima, o que contribui para a vitalidade e ritmo do discurso oral tornado escrito. Mas também Luís da Cunha recorre a provérbios como “quem guarda comida à noite pode lavra boca de madrugada”, para justificar

a sua ambição de ascensão política e económica em oposição com os ideais de juventude. Também Pedro Santos recorre a provérbios populares, para se referir aos escassos resultados que a polícia teve no descortinar do caso do atentado à sua filha, resolvido por populares: “rato carrega andim, mas gente não vê azeite que ele vende” (Bragança, 2011b, p. 145).

A rima é um dos recursos que mostra o cuidado estético que o autor coloca nos textos. Encontramo-la desde *Rosa do Riboque*, sobretudo na fala do narrador (“a apatia que persistia” (Bragança, 1985, p. 17) e em *Um Clarão sobre a Baía*, sobretudo nos diálogos (“- (...) o mesmo problema de sempre, paludismo, reumatismo” (Bragança, 2011a, p. 65)).

A melhor forma de expor as fragilidades humanas e políticas das personagens estilisticamente é recorrer à ironia. É disso exemplo a parte final do episódio em que Luís da Cunha vai pedir ao Padre Abel que interceda por ele perante Deus para alcançar o seu objetivo político, opondo a preocupação altruísta do Padre para com a população *versus* os interesses pessoais e egoístas do protagonista. A ironia vai aumentando em crescendo através do recurso ao discurso indireto livre. Trata-se de uma personagem que pretende convencer o padre de que a sua vitória “teria um significado especial pelo seu grande impacto nos jovens do mundo rural, marginalizados e deixados à parte. Para dizer a verdade e sem qualquer exagero, uma autêntica luta do bem contra o mal.” (Bragança, 2011a, p. 37). Porém, o seu tom de voz é odioso quando fala do seu opositor. Esse registo começa a enervar o Padre que pacientemente lhe pergunta: “- E para isso, o que é que eu tenho de fazer?” (Bragança, 2011a, p. 37). A falta de noção do ridículo em que cai, permite à personagem responder: “- Eu só quero uma oração do senhor a meu favor, senhor padre!” (Bragança, 2011a, p. 37). Pode ver-se por este diálogo, em oposição com os que foi citado anteriormente, a preocupação do narrador em adequar o nível de língua a cada uma das personagens, transmitindo assim uma imagem social e culturalmente credível.

A ironia constrói-se também do contraste entre a atuação das personagens e o discurso destas. Veja-se o caso de Ernesto Cruz, o economista de *Um Clarão sobre a Baía*: “quando a gente age de boa fé, até o próprio destino facilita”. Todavia, a sua ação e a de Luís Cunha nada tiveram de boa fé, ao tentar ganhar o concurso da construção da barragem (Bragança, 2011a, p. 132). A ironia desta intriga atinge o seu clímax pela relação entre esta personagem e a baía. Vendo o concurso ganho, o protagonista olha a baía com um sorriso: “nunca como naquela noite, a baía lhe tivesse surgido tão deslumbrante, o céu feito prata viva, banhando de uma luz irreal o mar, a praia e todo o quarteirão em redor. (Bragança, 2011a, p. 132).

A ironia em *Aurélia de Vento* constrói-se também em torno do contraste entre a aparência e atuação das personagens, sobretudo em torno do ministro, casado com uma obesa senhora e cuidando do recanto, que a mulher virá a descobrir, para onde convidava adolescentes e jovens para festas. Será este desaire, a nível privado, que intervirá na sua vida e imagem pública e desviará a tenção do ministro das terras de Pedro Santos.

Olhar exógeno: *Sul*

Os espaços em Albertino Bragança concentram-se na ilha de São Tomé. Logo na primeira obra, pelo título, *Rosa do Riboque*, situa espacialmente a ação através da personagem principal do conto que abre a obra. Albertino Bragança, qual geógrafo, vai descentralizando o espaço em torno da capital para o alargar para a ilha de São Tomé, apresentando percursos que se entrecruzam com referências espacio-geográficas como em *Um Clarão sobre a Baía*. Aí várias são as referências a locais para além de São Tomé, a capital, como Vila do Pantufo, Trindade, Santana, Neves, Folha Fede, Monte Café e ainda a Baía de Ana Chaves, que serve de pano de fundo a *Um Clarão sobre a Baía*. Em *Aurélia de Vento*, os espaços servem uma vez mais de cenário, sendo, na maior parte das vezes, apenas nomeados: Água Francisca, Trindade, Cruzeiro, Vanguarda, Potó Potó, Almeirim, Caixão Grande, Obôlongo e os rios Lô Grande, Mé Zochi, por exemplo.

A acompanhar estas referências espaciais apenas algumas indicações da arquitetura. Veja-se, por exemplo, as casas em Trindade, casas de estacas altas ou a pequena barraca forrada de andala seca, do paço do mestre curandeiro (Bragança, 2011a, p. 2).

A referência ao clima está sobretudo presentes em *Um Clarão sobre a Baía*, nomeadamente a alusão ao período de seca (Bragança, 2011a: 40 e 41) e da gravana (Bragança, 2011a, p. 51). O clima é também propício à profusão de frutas como laranjas, cajamangas, safús, anonas (Bragança, 2011a, p. 100), a que Miguel Sousa Tavares acrescenta fruta-pão e matabala (Tavares, 2004, p. 114-115).

Ao centrar-se o ponto de vista no autor Albertino Bragança estamos a centrar-nos num olhar endógeno. Complementemos este olhar de dentro, com um olhar de fora, a partir de *Sul*, de Miguel Sousa Tavares. A escolha deste livro e deste autor deve-se ao facto de ser a única referência no Plano Nacional de Leitura (2011) em que encontramos um texto sobre São Tomé e Príncipe. Na verdade, e apesar de os atuais Programas de Português, homologados em 2009, preverem o estudo das literaturas africanas de língua portuguesa, não há no próprio Programa, nem nas listas do PNL, para que remetem, nenhuma sugestão de autor são-tomense.

Miguel Sousa Tavares, em *Sul*, incluiu um texto “São Tomé e Príncipe: as ilhas maltratadas” sobre a sua experiência de viajante, um texto datado de 1990. O parágrafo inicial, em forma de síntese, leva o leitor a refletir:

Não é bem um país, é um projecto dos deuses atraído pelos homens. Da escravatura colonial à independência, que já leva vinte anos de ilusão, repete-se o contraste entre uma natureza exuberante e os homens que a arruinam. Como se as ilhas fossem demasiado perfeitas para a condição humana (Tavares, 2004, p. 111)

O texto destaca a alegria das crianças, a exuberância da paisagem e a “generosidade da natureza” (Tavares, 2004, p. 115). Em Albertino Bragança, por sua vez, se em *Um Clarão sobre a Baía*, a flora não é muito explorada, assumindo até características luminosas, como é o exemplo da delicadeza das rosas de porcelana (Bragança,

2011a, p. 48), das buganvílias e dos maracujás “trepando, preguiçosos” (Bragança, 2011a, p. 48); em *Rosa do Riboque*, mais concretamente no conto “Reencontro”, o autor dá mais atenção à descrição da flora, uma flora esmagadora e sufocante. Veja-se o exemplo da paisagem da roça em Oca Longo:

árvores altaneiras e seculares cujos ramos se estiravam preguiçosamente sobre os cacauzeiros, como que cansados da sua constante acção protectora; troços de água que desafiavam as fragas agrestes e selvagens e se projectavam no espaço, salpicando-o de infinitas gotas, as quais transmitiam um tom de frescura à paisagem (Bragança, 1985, p. 51).

Esta paisagem com “tom monocórdico” era povoada pelos trabalhadores que se emaranhavam à volta dos cacauzeiros. Em *Aurélia de Vento*, mais de 25 anos depois, a paisagem e as atividades rurais não parecem ser diferentes: “os homens e mulheres, munidos de sacolas e ganchos, no confronto eterno com os cacauzeiros. (...) a fragrância acre da terra, a luta persistente do sol perfurando as copas aperadas das eritrineiras, a luz láctea da lua projectando-se, tranquila, sobre o sono preocupado da sanzala” (Bragança, 2011b, p. 26). Desta feita, a descrição não é de natureza estática.

A atenção dada à paisagem vai-se alargando de *Rosa do Riboque e Outros Contos* até *Aurélia de Fogo*: do microcosmo do Riboque para a contemplação alargada da ilha. Veja-se o caso, no último livro, da contemplação da paisagem pelo ministro:

Nos dias libertos de neblina, costumava postar-se no alto da falésia que encimava o vale, abarcando com a vista a planície a perder-se de vista, os troncos das palmeiras bamboleando-se ao vento, o tom persistente de verde apossando-se irremediavelmente da paisagem (Bragança, 2011b, p. 71).

Mas esta paisagem é difícil de penetrar. As vias de comunicação terrestres não têm sido alvo de investimentos. O percurso para Neves, por exemplo, é descrito em *Um Clarão sobre a Baía* como:

estrada completamente esburacada tornavam longa e desagradável a viagem, não obstante a beleza renovada da paisagem a caminho do norte, generosa até na oferta de acastanhadas zonas de savana confrontando-se ostensivamente com a habitual omnipresença do verde, esmagadora sobretudo no sul (Bragança, 2011a, p. 91).

Sobre esta degradação das estradas fala Miguel Sousa Tavares e qualquer viajante/habitante facilmente se aperceberá. Miguel Sousa Tavares escreve uma sugestão para o viajante:

Não vale a pena ter ilusões: quem não for amante do todo-o-terreno, deve-se abster. (...) Os buracos e os saltos são tantos que, por incrível que pareça, produz-se no próprio condutor um

efeito semelhante ao da *tôle ondulée*, no deserto: um torpor e uma sonolência, alimentados pelos embalos do caminho, que só o mergulho numa praia deserta encontrada à beira da estrada ou numa cascata perdida no interior da selva conseguem afastar (Tavares, 2004, p. 120).

Esta sensação é de 1990, mas mais de 20 anos depois qualquer viajante poderá comprovar a veracidade desta descrição. Esta constatação permite aferir o investimento que (não) foi feito em São Tomé e Príncipe na melhoria das condições de vida das populações, apesar das ajudas externas e das ações (hipotéticas) das ONG's, de que Francisco Costa Alegre elenca uma lista de 60, no livro *Santomensidade* (2005, pp. 164-167). É que essa ajuda externa serviu (apenas) para ampliar grandemente a situação de corrupção.

Em jeito de conclusão

Os livros de Albertino Bragança registam ficionalmente os passos que a História tem dado em São Tomé e Príncipe, já sabemos que nos países africanos a literatura ajuda a organizar a História, porém a pouca densidade e caracterização psicológica das personagens faz desejar mais num autor que é já referência na prosa são-tomense.

Em comum os três livros do autor têm o facto de apresentarem preocupações socioculturais, económicas e políticas. A literatura apresenta, assim, a sua forma de escrever a História. Concorro com Inocência Mata quando escreve “perante a falta de “registos” da História (...) não tenho dúvidas de que será a Literatura o repositório da informação sobre estes (primeiros) tempos de *endurance* (ideológica, económica, social, cultural, espiritual) pós-colonial...” (Mata, 2010, p. 92).

Albertino Bragança mostra os erros do passado e as suas consequências até porque, pela História deste país constata-se que, como sintetiza Miguel Sousa Tavares: “A verdade, porém, é que, se hoje todos reconhecem erros cometidos, não é fácil arrancar das autoridades são-tomenses a consciência de que uma coisa são erros, outra é a irresponsabilidade, a ineficácia, a corrupção, pura e simples” (Tavares, 2004, p. 125).

De facto, as obras de Albertino Bragança, sobretudo as duas últimas, questionam o que Inocência Mata também pergunta, em 2002, na crónica “Falar da reconciliação social são-tomense (a propósito da reconstrução de Timor)”:

Eu, por exemplo, gostaria de saber quem foram os implicados directos no assassinato de meu pai durante o regime ditatorial do MLSTP [Movimento de libertação de S. Tomé e Príncipe] sob comando autocraticamente musculado do Dr. Manuel Pinto da Costa: quem propôs, quem sabia, quem assumiu o plano, quem deu a ordem e quem a executou. É que o silêncio sobre as violações passadas – e após a abertura multipartidária em São Tomé e Príncipe não houve vontade política para responsabilizar ninguém, pois os senhores de ontem trataram de fazer logo a reconversão necessária e os novos senhores, os de hoje, mesmo em agrupamentos ideológicos aparentemente renovadores, mantiveram relações de

convivência afectiva (e familiar) e tática com os de ontem (Mata, 2004, p. 67).

Estas interrogações são de há 10 anos, mas mantêm-se atuais – e isso não é louvável, pois quer dizer que “é preciso mudar alguma coisa, para ficar tudo na mesma”. São interrogações às quais Albertino Bragança também não dá respostas, mas sendo ele um político, logo, homem do sistema, interrogar-se sobre a realidade política, e conseguir esta análise e denúncia sobre a sociedade são-tomense é já significativo.

Como acrescenta Inocência Mata, ainda que “a ficção narrativa [seja] uma rudimentar prática de realização intermitente” (Mata, 2010, p. 130) em São Tomé e Príncipe, Albertino Bragança é já uma referência dessa ficção.

O autor casa fragmentos da memória de um passado histórico político e social com fragmentos de figuras, eventos e locais identificáveis do presente, visando encontrar uma resposta / um caminho para o futuro, que as questões retóricas com que termina *Um Clarão sobre a Baía*, ilustram:

Quem sabe [uma luz viva] um sinal dos tempos que perturba e confunde. Que entra pela alma e tende a pressagiar o ocaso de mal entendidos e contrassensos.

Quem sabe um sinal dos tempos, um prenúncio de mudança, um aviso de novos empreendimentos?

Quem sabe?

(Bragança, 2011, p. 167)

Estas perguntas associadas ao título do livro, em particular ao lexema “clarão”, dão alento para novos tempos, remetendo para a esperança e tempos de mudança, para um espaço (São Tomé) descrito por Miguel Sousa Tavares como “Hoje, semiaruinada e maltratada a cidade é ainda linda e comovente, na sua prosápia de Princesa Equatorial, desenhada ao longo da curvatura da baía de Ana Chaves” (Tavares, 2004, p. 117).

Vemos, pois, que o olhar endógeno, de Albertino Bragança, e exógeno, de Miguel Sousa Tavares, se casam no que à caracterização de São Tomé e Príncipe diz respeito. É uma visão que remete para a construção de um país à procura da democracia e transparência.

Referências

Alegre, Francisco Costa (2005). *Santomensidade*. São Tomé: UNEAS.

Bragança, Albertino (1985). *Rosa do Riboque e outros Contos*. São Tomé: Cadernos Gravana Nova.

Bragança, Albertino (2011a). *Um Clarão sobre a Baía*. S. Tomé: Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe/CST.

Bragança, Albertino (2011b). *Aurélia de Vento*. S. Tomé: Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe/CST.

- Laranjeira, Pires (2006). Ficção com ajuste de contas. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 940 (11-10-2006).
- Laranjeira, Pires (2011). Albertino Bragança: crítica do mal-estar político e social. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 1072 (2-11-11).
- Mata, Inocência (2010). Desafiando memórias de além-mar: novas cartografias identitárias na literatura são-tomense. In Secco, Carmen Lúcia Tindó *et al.* (org.), *Pensando África: Literatura, Arte, Cultura e Ensino*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.
- Mata, Inocência (1993). *Emergência e Existência de uma Literatura. O caso Santomense*. Linda-a-Velha: ALAC.
- Mata, Inocência (2004). *A Suave Pátria: reflexões político-culturais sobre a sociedade são-tomense*. Lisboa: Colibri.
- Mata, Inocência (2010). *Polifonias Insulares – Cultura e literatura de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições Colibri.
- Mata, Inocência (2011). Breve carta aberta ao Sr. Pinto da Costa. *Téla Nón*. Acedido em 3 março, 2012, de <http://www.telanon.info/suplemento/opiniao/2011/06/20/7477/carta-aberta-da-professora-universitaria-inocencia-mata-enderecada-a-pinto-da-costa/>
- Tavares, Miguel de Sousa (2004). *Sul: Viagens*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Sousa, Ricardo (2011). *Aurélia de Vento*: mais um romance de Albertino Bragança. Stomenet.com. Acedido em 2 fevereiro, 2012, de <http://stomenet.com/section-table/47-musica/377-aurelia-de-vento-mais-um-romance-de-albertino-braganca.html>